



Revista Filosofia Capital
ISSN 1982 6613

Vol. 2, Edição 5, Ano 2007.

DEUS E O DIABO NA TERRA DOS KAIOWÁ

Fátima Rocha Perini
fatima@rochaperini.com

Fortaleza - CE

2007



Fátima Rocha Perini¹
fatima@rochaperini.com

Resumo

O presente artigo trata da situação do índio brasileiro, que depois do descobrimento em 1500, sempre foi e continua sendo de espoliação seguida de morte.

Palavras-Chave: Índio – Descobrimento – 1500 – espoliação – morte

Deus e o Diabo na Terra dos Kaiowá²



A situação do índio brasileiro, depois do descobrimento em 1500, sempre foi de espoliação seguida de morte.

Hoje não é diferente, a etnia Guarani Kaiowá está sofrendo um genocídio autorizado pelo comportamento omissivo das autoridades. Em março de 2005 a área de 9.300 hectares, Kurusu Amba (Ñande ru Marangatu) reivindicada pelos índios foi homologada pela união.

Em setembro desse mesmo ano, a desembargadora Diva Prestes Marcondes Marlebi, presidente do TRF da 3ª Região de São Paulo, expediu o mandato de reintegração de posse aos fazendeiros suspendendo a homologação feita pelo presidente Lula em 28 de março de 2005.



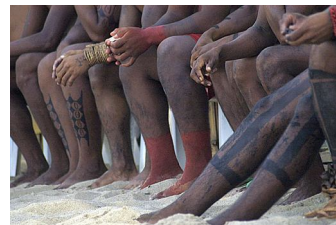
¹ Fotógrafa Profissional *free lance* de: Reportagem; Social; *Portrait* etc. E autora: *PhotoStory* (histórias em imagens) Arte: Pesquisa *photographique*.

² O presente artigo se trata de uma Pesquisa de Campo, feita a partir de dados coletados empiricamente.



O Supremo Tribunal Federal no dia 15 de dezembro determinou a retirada dos índios com um aparato policial de grande porte incluindo o uso de um helicóptero, 8 viaturas, 3 ônibus e 200 homens armados.

Não existe nenhuma dúvida quanto à ocupação das terras tradicionais dos Kaiowá do Mato Grosso do Sul, fontes, documentos, pesquisas comprovam isso, mas o crescimento do agronegócio aumenta a ambição do homem conseqüentemente



a demanda de terras, agravando o conflito fundiário. A justiça; não sei se cega, mas seguramente surda de uma orelha, desapropria os índios de seu território, que vão sendo exterminados dramaticamente, totalmente abandonados, sem ter pra onde ir e nem o que comer.



O poder judiciário, consciente ou não, contribui com a tática usada pelos fazendeiros, a de enfraquecimento gradativo dos Kaiowá, com o assassinato de seus líderes e a morte de suas crianças através da fome por impossibilidade de acesso desse povo agricultor à terra.

Os assassinos dos líderes indígenas não sofrem nenhuma penalidade e vivem livremente no convívio com os homens de bem, motivando com esse atestado de impunidade o nascimento cada vez maior de matadores profissionais, desvalorizando a vida e banalizando a violência na região.

O último líder indígena assassinado é Ortiz Lopes, foi morto em julho de 2007. O senhor Egon Heck, representante do conselho Indigenista Missionário (Cimi), com apoio de movimentos sociais do Mato Grosso do Sul,





entre eles: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) pedem que a investigação seja feita pela Polícia Federal alegando que o interesse do poder político econômico na região criou um clima desfavorável aos índios podendo comprometer a atuação da Polícia local.



A morosidade, e o comportamento, no mínimo, equivocado da justiça sobre a questão e a inexistência de uma política indigenista, transformaram a vida do povo Kaiowá em um terrível drama que se degrada a cada dia com a omissão, a falta de posicionamento das autoridades. É preciso uma posição rápida da justiça, a etnia está sendo dizimada.

A reintegração definitiva do território Nhandê Marangatu pelos Guarani Kaiowá e a punição exemplar para os assassinos dos índios são as únicas medidas justas para encerrar com dignidade esse processo.